

O PAPEL DA TEORIA DE PREÇOS NA ANÁLISE DA RIQUEZA DE QUESNAY

Raul Cristovão dos Santos

Professor do Departamento de Economia da FEA-USP

RESUMO

Este artigo argumenta que a teoria de preços de Quesnay é parte integrante da sua análise da riqueza. As relações entre preço corrente, preço fundamental e preço próprio delineiam o conteúdo teórico dos conceitos de capital como adiantamentos, trabalho produtivo e produto líquido. Deste ponto de vista, assinala-se que, diferentemente das interpretações habituais, estes conceitos estão teoricamente construídos em termos de valor (monetário) e não em quantidades físicas de produtos.

PALAVRAS-CHAVE

Quesnay, teoria de preços fisiocrática, preços fundamental e corrente, preço próprio (*bon prix*), capital como adiantamentos, trabalho produtivo e produto líquido

ABSTRACT

This article argues that a theory of price is central to Quesnay's analysis of wealth. The relationships between current price, fundamental price and proper price establish the theoretical content of capital as advances, productive labor and net product. In contrast with the usual interpretations, it is also argued that those concepts are all theoretically built up in value (monetary) terms, and not in physical quantities of products.

KEY WORDS

Quesnay, physiocratic theory of prices, fundamental and current prices, proper price (*bon prix*), capital as advances, productive labor and net product

INTRODUÇÃO

Na literatura da história do pensamento econômico a questão da elaboração do conceito de valor econômico está basicamente restrita ao estudo de autores ingleses. Sobre a escola fisiocrática, reconhecem-se como contribuições relevantes as idéias de fluxo circular da renda, capital e produto líquido. No entanto, negligencia-se o papel do conceito de valor econômico na construção teórica destas idéias. Existe praticamente um consenso de que a teoria fisiocrática prescinde de tal conceito, pois pode ser expressa em termos de quantidades físicas de produto ou, então, sob a hipótese de que os preços relativos são constantes nesta teoria. Este artigo procura questionar este consenso. Seu propósito inicial é demonstrar a importância do conceito de valor econômico na elaboração dos conceitos de trabalho produtivo e produto líquido na análise da riqueza de Quesnay na linha desenvolvida por Vaggi (1987). Além disto, e como uma extensão do trabalho deste último autor, procura-se mostrar a relação entre a idéia de capital como adiantamentos e a necessidade lógica da definição daqueles conceitos em magnitudes de valor.

Quesnay começou a escrever sobre questões da Economia Política em 1756, quando publicou o artigo *Fermiers*, na *Encyclopédie*. Nos dois anos seguintes, desenvolveu uma estrutura conceitual que tomou forma definitiva no *Tableau Économique*. Durante este período, Quesnay teve um importante precedente: o *Essai sur la Nature du Commerce in General*, de Cantillon. Como Meek (1963a, p. 267) bem ressaltou “*there seems to be little doubt that one of the main theoretical influences working on Quesnay (and also, of course, on Mirabeau) at this stage was that of Cantillon.*” De fato, conforme enfatizam Schumpeter (1954, p. 222) e Deane (1989), Cantillon desenvolveu o que hoje é considerado como o primeiro modelo de fluxo circular da renda, no qual o nível de atividade do setor agrícola é a base da circulação de mercadorias e dinheiro na sociedade. Portanto, para se obter uma visão mais compreensiva da explicação do progresso da riqueza de Quesnay parece ser apropriado expor, em primeiro lugar, esta proposição de Cantillon em seu *Essai*. Este é o assunto da primeira seção. A segunda seção apresenta como Quesnay transformou esta proposição de Cantillon numa teoria da riqueza. Esta transformação se configura na especificação de duas condições para que a agricultura possa ser a base do processo de circulação e, portanto, da riqueza da sociedade, a saber: produção em larga escala e a existência de um preço próprio para produtos agrícolas. Sob a primeira condição encontra-se o conceito de **adiantamentos**, tão celebrado na literatura, lançando os fundamentos da

teoria do capital da análise econômica. Sob a segunda condição emerge a teoria de preços de Quesnay, cujos conceitos de preço corrente e preço fundamental constituem-se a base de seus conceitos de trabalho produtivo e produto líquido. A terceira seção apresenta como estas condições se fundem na concepção das atividades dos indivíduos na busca da riqueza como um sistema auto-regulado. Finalmente, na conclusão deste artigo, aponta-se a implicação da teoria de preços de Quesnay para o desenvolvimento posterior da ciência econômica.

1. O PRINCÍPIO DE CANTILLON

O objeto de análise do trabalho de Cantillon, publicado em 1755, é ‘a natureza do comércio em geral’. As duas primeiras partes tratam do comércio doméstico, isto é, circulação de mercadorias e moeda dentro de uma nação. A terceira e última partes analisam o comércio entre as nações. Nesta especificação do objeto do seu discurso já se apresenta o traço marcante da análise de Cantillon, a saber: a ousadia metodológica de formular abstratamente um quadro simplificado da vida econômica, cujas leis gerais de funcionamento serviriam para atestar a plausibilidade ou não de medidas econômicas dirigidas à ampliação da riqueza. Este quadro analítico deriva da abordagem particular de Cantillon, que mistura elementos históricos e sociais acerca do desenvolvimento das sociedades humanas de forma a mostrar como uma sociedade se organiza para engajar-se no comércio. A principal tarefa desta seção é mostrar esta concepção.

Cantillon (1755, p. 3) começa com a proposição de que todos os objetos necessários à vida humana, isto é, riqueza, derivam da concorrência entre dois elementos: terra e trabalho humano. A terra é a fonte de riqueza, no sentido de que fornece seu material, embora não na sua forma apropriada, para ser utilizado pelos seres humanos. Para adquirir esta forma é necessária a intervenção do trabalho humano, que transforma a riqueza da sua forma original naquela útil ao consumo:

“Land is the Source or Matter from whence all Wealth is produced. The Labour of man is the Form which produces it: and Wealth in itself is nothing but the Maintenance, Conveniences, and Superfluities of Life.”

Como pode ser visto, Cantillon não se afasta do discurso básico do século XVIII, que equaciona riqueza à terra e trabalho, mas enfatiza definitivamente a terra como fonte ou origem da riqueza dentro desta equação.

Neste ponto, Cantillon (1755, p. 3) introduz uma suposição crucial: “*which way soever a Society is formed the ownership of the Land they inhabit will necessarily belong to a small number of them.*” Para Cantillon, esta suposição é o fundamento da existência de uma sociedade comercial¹ e de forma alguma arbitrária, pois mesmo que toda a terra seja igualmente distribuída entre os habitantes, vários fatores concorrem para uma distribuição desigual. Assim, um pequeno número de proprietários poderia obter os objetos necessários à sua subsistência, independentemente dos demais indivíduos na sociedade, por meio da mera aplicação do seu próprio trabalho à terra. A propriedade de terra dá aos seus proprietários a alternativa de obter riqueza sem que tenham eles próprios de trabalhar a terra. Todos os outros indivíduos não poderiam sobreviver e, de fato, ficariam numa posição de dependência para adquirir riqueza, pois eles possuem apenas um dos dois elementos necessários, ou seja, trabalho. Este problema encontra sua solução mediante um arranjo social no qual este trabalho recai sobre a classe dependente, que em troca recebe parte do produto total, obtendo, assim, sua subsistência. Portanto, da desigualdade na distribuição dos elementos que geram riqueza emerge a relação social fundamental no esquema de Cantillon: uma classe independente, constituída pelos proprietários de terra, e uma classe dependente, formada pelos não-proprietários de terra. Note-se, entretanto, que os indivíduos dependentes se empenham nestas atividades levados pela necessidade fundamental de obter produtos agrícolas, pois a terra não está disponível para eles. O produto destas atividades permite aos produtores dependentes uma participação na produção agrícola. Por isso, a primeira proposição básica de Cantillon (1755, p. 43) sobre este processo de que todos os habitantes de um estado vivem à custa dos proprietários de terra:

“If the Prince and the Proprietors of land close their Estates and will not suffer them to be cultivated, it is clear that there would be neither Food nor Rayment for any of the Inhabitants; consequently all the Individuals are supported not only by the produce of the Land which is cultivated for the benefit of the owners but also at the Expense of these same Owners from whose property they derive all that they have.”

1. Veja-se BREWER(1992, p. 20-1) sobre o papel da terra enquanto objeto de propriedade no discurso de Cantillon.

Cantillon introduz uma segunda diferenciação entre os indivíduos, agora no interior da classe dependente, no que diz respeito ao papel de cada indivíduo na organização e direção do trabalho nas atividades de produção. Para Cantillon, a realização de qualquer atividade de produção requer uma massa de recursos, por ele denominada de fundo (*fond*), que pode ser apenas algum tipo de trabalho especializado. Os indivíduos proprietários destes fundos se constituem em empresários, cujo papel é, então, atuar na organização e direção da atividade produtiva.² Os empresários têm *unfixed wages*, pois empregam seus fundos com um certo risco, devido à incerteza das atividades comerciais. Os indivíduos que não possuem fundos vendem seu trabalho para os empresários a um salário fixo, por um determinado período de tempo. Estes são os assalariados ou *waged people*.

No entanto, o processo por meio do qual os indivíduos dependentes obtêm sua subsistência ultrapassa os limites da produção agrícola. Para Cantillon, os proprietários e os empresários agrícolas se instalam, por todo o território nacional, nas vilas, mercados e cidades onde necessitam de serviços e produtos não-agrícolas. Portanto, na busca de riqueza, os indivíduos dependentes engajam-se em atividades não-agrícolas, desenvolvidas nas regiões urbanas. Artesãos, manufatureiros e comerciantes são as principais categorias de empresários que atuam nestas atividades, empregando outros assalariados.

Tem-se, neste ponto, o quadro básico de Cantillon para a análise da circulação. Por intermédio desta abordagem 'sócio-histórica', por um lado, Cantillon diferencia os indivíduos em duas classes de acordo com a propriedade ou não da fonte da riqueza, a terra, quais sejam: as classes independente e dependente. No interior desta última classe, Cantillon diferencia ainda seus integrantes em empresários e trabalhadores assalariados, agora de acordo com a propriedade de recursos, fundos, necessários à produção desde que o trabalho recaia sobre a classe dependente. Por outro lado, a infinidade de atividades desenvolvidas pelos indivíduos relativas à riqueza se reduzem a somente dois tipos de acordo com sua distribuição espacial: campo e cidade. Note-se que, deste ponto de vista, a circulação reduz-se a uma única troca, aquela entre os produtos do campo e

2. De acordo com SCHUMPETER(1954, p. 222), deve-se à Cantillon a introdução na análise econômica do conceito de empresário no seu sentido moderno. Veja-se também sobre este ponto, BREWER(1992, p. 50-1) e HOSELITZ (1960).

os da cidade. Desta forma, o complexo conjunto da vida social de uma nação, composto pelos indivíduos e suas atividades na busca de riqueza, assume um contorno definido neste quadro simplificado e abstrato compreendido pelas duas classes econômicas, independente e dependente, e dois setores de atividades, identificados pelos seus respectivos espaços, campo e cidade.

Uma vez estabelecido o quadro de análise, resta apontar como se opera o processo de circulação: sua origem e mecanismo de propagação. No esquema de Cantillon, o desenvolvimento lógico das operações produtivas do campo para a cidade não é casual. O sentido deste desenvolvimento fornece a chave para se entender o próprio processo de circulação, ou seja, que a agricultura paga a produção de produtos e serviços da cidade. Estes últimos produtos são pagos pelos empresários agrícolas e proprietários, a partir de suas respectivas participações no produto total agrícola, denominadas indistintamente por Cantillon de rendas:

“[...] on these two thirds the Farmers provide generally directly or indirectly subsistence for all those who live in the Country, and also several Mechanicks or Under-takers in the City in respect of the Merchandise of the City consumed in the Country. The proprietor has usually one third of the produce of his Land and on this third he maintains all the Mechanicks and others whom he employs in the City as well, frequently, as the Carriers who bring the Produce of the Country to the City.” (CANTILLON, 1755, p. 45).

Em outras palavras, os indivíduos dependentes, sejam eles empresários ou assalariados, obtêm subsistência, isto é, riqueza, fornecendo o trabalho necessário para produzi-la. Este trabalho se desenvolve em uma seqüência lógica: primeiro, no campo, onde o trabalho empregado pelos empresários agrícolas nas terras dos proprietários, gera a produção total agrícola e, a seguir, nas áreas urbanas, onde o trabalho é empregado para gerar produtos não-agrícolas requeridos nestas áreas. Porém, os produtos desta atividade urbana são pagos a partir da produção agrícola, daí a conclusão básica de Cantillon acerca da origem do processo de circulação:

“[...], if we examine the Means by which an Inhabitant is supported it will always appear in returning back to the Fountain-Head, that these Means arise from the Land of the Pro-

prietor either in the two thirds reserved by the Farmer, or the one third which remains to the Landlord.” (CANTILLON 1755, p. 45)

Tem-se aqui aquela que será a proposição básica do pensamento fisiocrático: a riqueza de uma nação, expressa na dimensão do processo de circulação, depende do nível das atividades desenvolvidas no campo. Em Cantillon, esta proposição tem expressão direta na sua explicação do valor de troca das mercadorias. Em primeiro lugar, Cantillon distingue preço de mercado do preço intrínseco de uma mercadoria. O primeiro depende exclusivamente da relação entre demanda e oferta existente num dado instante de tempo no mercado e, portanto, tende a flutuar de acordo com as oscilações daqueles elementos. Já o segundo tem um comportamento estável, pois depende somente das condições de produção e, por isso mesmo, opera como o eixo ao redor do qual ocorrem as oscilações do preço de mercado. O valor intrínseco de uma mercadoria depende da quantidade de terra e trabalho requeridos na sua produção. Segundo a proposição básica de ser a terra a fonte de toda a riqueza, Cantillon reduz a quantidade de trabalho à quantidade de terra necessária para sustentar esta quantidade de trabalho. Assim, ao resolver quantidades de trabalho em quantidades de terra, Cantillon reafirma a proposição de que todos os habitantes de uma nação subsistem a partir da produção agrícola.³

Como visto acima, dentro da classe dependente são os empresários que organizam o trabalho necessário para extrair riqueza da terra. Daí segue a segunda proposição de Cantillon: os empresários comandam toda a produção e trocas na sociedade. Cantillon (1755, p. 57) reúne as duas conclusões no seguinte princípio:

“I will then lay it down as a principle that the Proprietors of Land alone are naturally independent in a State: that all the other Classes are dependent whether Undertakers or hired, and that all the exchange and circulation of the State is conducted by the medium of these Undertakers.”

3. Ver VAGGI (1987, p. 79-80). BREWE (1992, p. 70-74) fornece uma ‘reconstrução racional’ mais abrangente da determinação do valor intrínseco de Cantillon.

Deste ponto de vista, o agente social crucial é o empresário agrícola. De fato, a mudança de ênfase dos proprietários para o empresário agrícola como agente essencial na promoção do processo de circulação é resultado das duas proposições sobre a origem e a natureza deste processo, colocadas acima. Por um lado, a produção agrícola é a origem da circulação e, por outro lado, a circulação é realizada, com risco, pelos empresários. Portanto, os empresários, em particular os agrícolas, são os agentes responsáveis pela promoção da circulação de bens e dinheiro que faz uma sociedade tão bem provida com tudo de que necessita, isto é, riqueza.

Cantillon, a partir deste ponto, dirige sua análise para a investigação sobre os determinantes da quantidade de dinheiro adequada à circulação. Ao tomar esta direção, ele abandona a trilha por ele mesmo aberta sobre o papel da produção agrícola no conjunto da atividade econômica. É Quesnay que elaborará, de forma rigorosa, a idéia de circulação como um processo cuja base e dimensão dependem do nível da atividade agrícola.

2. OS CONCEITOS BÁSICOS DE QUESNAY

Dado o papel central da produção agrícola na explanação de Cantillon sobre comércio, ou da circulação de mercadorias e dinheiro em um Estado, a seguinte questão é inevitável para Quesnay: quais são as condições para que a agricultura realize este papel essencial? Não seria exagero dizer que todo o esforço analítico de Quesnay se desenvolveu em torno desta questão.

2.1. Primeira Condição: Adiantamentos e Produção em Larga Escala

Antes de mais nada, a questão essencial para Quesnay não é se a terra está ou não sendo cultivada, mas **como** ela está sendo cultivada. O ponto principal é saber que métodos são empregados no cultivo da terra (QUESNAY, 1756, p. 1):

“The different ways in which the soil can be used in cultivation and the causes which can contribute thereto, determine the products of agriculture. It is essential to understand these different types of cultivation in order to judge the real state in the kingdom.”

Para Quesnay, o método adequado para a atividade agrícola se caracteriza pelo emprego de cavalos para cultivar o solo com o uso do sistema de rotação de três campos. Este método permite cultivar uma maior extensão de terra e atingir, assim, uma maior escala de produção. No entanto, este método envolve um **lapso de tempo** considerável entre o início do cultivo e a primeira colheita, em média um período de dois anos, e, por isso, requer contratos de arrendamento longos. Durante este período, o agricultor que emprega este método incorre em **gastos substanciais**: sustento de cavalos e gados, sementes, salários ou alimento para os trabalhadores empregados, e assim por diante. Portanto, torna-se indispensável que um nível mínimo de recursos esteja previamente acumulado para ser **adiantado** à produção de forma a cobrir este hiato temporal entre a produção e a comercialização do produto. Os empresários agrícolas são aqueles agricultores que, por possuírem estes recursos, podem **adiantá-los** para cobrir os gastos substanciais da produção, além do conhecimento para organizar e dirigir a atividade produtiva sobre a terra. Quesnay chama este método, caracterizado pela presença de empresários com uma massa de recursos adequadas ao sustento da produção, de agricultura de larga escala (*la grande culture*).

Quando o cultivo da terra não pode ser feito pelos agricultores com o uso de cavalos a alternativa é cultivá-la com bois por meeiros (*metayers*). Nas palavras de Quesnay (1756, p. 1):

“In the provinces where there is no ‘farmer’ capable of setting up such an establishment, the landlords have no other expedient for drawing revenues from their property than by letting it be cultivated with oxen by peasants who return them half the crop. This type of cultivation necessitates little expense on the part of the share cropper. The landlord provides him with the oxen and the seed corn, prior to their work the oxen take their food from the meadows, the total expenses of the share cropper

are reduced to his plough and to his own subsistence prior to the time of the first harvest. Often, the landlord must even advance him these expenses."

Este método, denominado por Quesnay de agricultura de pequena escala (*la petite culture*), leva a um menor nível da produção agrícola total. Na verdade, sob este método a escala de produção dificilmente ultrapassa os limites da produção para consumo doméstico.

A análise comparativa entre as duas técnicas é a maneira rigorosa, e por meio dela Quesnay demonstra que o setor agrícola somente pode desenvolver seu papel dinâmico na geração de riqueza por intermédio da ação de empresários agrícolas, que possuindo a soma adequada de recursos podem adiantá-la e, com isto, adotar a técnica adequada para produzir em larga escala. Portanto, é a riqueza dos empresários agrícolas que gera a riqueza da nação:

"The wealth of these farmers fertilises the soil, increases live-stock, draws and preserves the rural inhabitants and is the strength and the prosperity of the nation." (QUESNAY, 1756, p. 23)

A proposição acima pode ser tomada como o principal eixo da estrutura teórica de Quesnay e permeia todo o seu trabalho, como por exemplo em Quesnay (1963a, p. 74):

"The product of labour of cultivation may be worth nothing or almost nothing to the state when the cultivator cannot meet the costs necessary for proper cultivation. A poor man whose labour extracts from the land only produce of little value as potatoes, backwheat, chestnuts, etc., who feeds himself on them, and who buys nothing and sells nothing, works simply for himself alone. He lives in extreme poverty; neither he nor the land he cultivates bring anything for the state."

Pelo exposto acima, é uma interpretação equivocada e pobre reduzir o enfoque de Quesnay sobre o progresso da riqueza à simples noção de que a fonte da riqueza é somente terra ou trabalho agrícola. Terra e trabalho não podem, por si só, promover este progresso ou expandir o volume e a composição da

atividade comercial de uma nação. Terra e trabalho podem efetivamente aumentar a riqueza somente na presença de empresários que possuem a quantidade de recursos requerida para fazer face aos gastos necessários ao uso da técnica apropriada de produção⁴e, assim, transformar o caráter da produção, de produção para consumo próprio em produção para o mercado. Nada parece mais claro para Quesnay (1963a, p. 81) que:

“We must never forget that this state of prosperity, to which we are quite capable of aspiring, would be much less the result of the husbandman’s work than the product of the wealth which he would be able to employ in the cultivation of the land. [...] Poor cultivation, however, requires a great deal of labour; but since the cultivator is unable to undertake the necessary expenditure his work is in vain; he goes under, and the bourgeois attribute his lack of success to laziness.”

Até agora, vimos que a oferta de produtos agrícolas deve utilizar uma técnica adequada para operar em larga escala, que requer a antecipação para a produção de recursos previamente acumulados devido ao hiato temporal entre produção e comercialização. Portanto, a presença de empresários agrícolas com esta massa de recursos é a primeira condição para a agricultura desenvolver seu papel dinâmico na geração de riqueza.

Posteriormente Quesnay elabora esta condição para a agricultura como fonte da riqueza (circulação) em uma teoria da oferta mediante de um conceito próprio de produção baseado na idéia de **adiantamentos**. Note-se que, de maneira geral, a literatura tem somente reconhecido nesta operação teórica a introdução do conceito de capital como fator de produção,⁵ quando na verdade, conforme aponta Eagly (1974, p. 20), está-se diante de uma formulação dos determinantes da oferta que tem seu eixo central na idéia da antecipação das condições de produção. Vejamos então no que consiste esta formulação.

4. Marx notou prontamente esta condição na análise de Quesnay. Veja-se, por exemplo, MARX(1978, p. 48-9;64-5). ELTIS(1984, p. 3-10) enfatiza e toma como ponto de partida esta condição na sua interpretação do esquema analítico de Quesnay.

5. Veja-se, por exemplo, SCHUMPETER (1954, p. 235), GORDON (1994, p. 98).

O ponto de partida de qualquer atividade de produção está nos adiantamentos ou nos gastos relativos à antecipação das condições de produção. Quesnay diferencia estes gastos em adiantamentos **anuais** e **originais**. Os gastos correntes “*incurred for the work of the cultivation*” são denominados **adiantamentos anuais**. Eles incluem os gastos com salários dos trabalhadores, materiais e assim por diante. Os gastos “*for the establishment of cultivation*” compõem os **adiantamentos originais**, que incluem gastos com cavalos, arados e instalações. Estes adiantamentos originais não são consumidos totalmente durante o período de produção, logo sua recuperação se constitui numa parte dos custos da produção de acordo com a depreciação deste material e o risco de acidentes envolvido na produção agrícola. Quesnay usualmente assume uma taxa de juros de 10% sobre o total dos avanços originais como sendo esta parcela dos custos que deve ser deduzida do total das receitas anuais.⁶ A soma dos gastos com materiais e salários (adiantamentos anuais) mais os juros sobre os adiantamentos originais formam o custo técnico de produção. (VAGGI, 1987, p. 81-2). Além destes custos, os arrendatários arcam ainda com os pagamentos da renda e da *taille*. Quesnay define o **preço fundamental** do produto como sendo determinado pela soma destes dois componentes de custos: o custo técnico de produção mais a renda e a *taille*.⁷ Então, este volume de adiantamentos e, lembre-se, existe um nível mínimo de adiantamentos para que a produção opere em larga escala, põe em movimento um número de trabalhadores, que assistidos por instrumentos moldam uma quantidade de materiais numa quantidade de produtos finais. O preço fundamental é a expressão do valor monetário desta quantidade produzida. Assim, para uma dada técnica de produção, estabelece-se uma relação direta entre o valor monetário dos bens produzidos e o volume de adiantamentos ou o número de trabalhadores posto em movimento por estes adiantamentos.

6. “The interest of the advances of the cultivators’ enterprises ought therefore to be included in their annual returns. It enables them to face these serious accidents and the day-to-day maintenance of the wealth employed in cultivation, which requires to be constantly kept in repair.” (QUESNAY, 1963e, p. 155).

7. BREWER (1992, p.170) argumenta que o conceito de preço intrínseco de Cantillon é basicamente idêntico ao de preço fundamental de Quesnay, mesmo sob a interpretação de VAGGI (1987, p. 89) de que o último inclui a renda da terra.

Agora, a continuidade da produção agrícola ao longo do tempo requer que estes adiantamentos sejam recuperados, ou seja, que as condições de produção sejam periodicamente renovadas. Ora, isto somente é possível se a receita monetária, obtida a partir da venda do produto total, for pelo menos igual ao total daqueles gastos, mais a renda dos proprietários. (QUESNAY, 1963a, p. 76; 1963c, p. 106) Note-se, com Vaggi (1987, p. 37), que o simples fato da agricultura produzir um excedente físico de forma alguma implica a existência deste excedente em valor e, portanto, a recuperação das suas condições de produção. A discussão desta nova condição leva ao conceito de preço próprio (*bon prix*) e de produto líquido de Quesnay.

2.2. Preço Próprio, Produto Líquido e Riqueza

Para Quesnay (1766c, p. 206), os bens, por si mesmos, não são riqueza. Eles adquirem esta qualidade somente quando têm valor de mercado. Assim, somente aqueles bens que são úteis e que podem ser pagos pelos indivíduos, ou têm demanda de mercado, são considerados riqueza, ou melhor, riqueza permutável. Os bens, como a água ou o ar que podem ser obtidos sem qualquer gasto, não podem ter valor de mercado apesar da sua utilidade. Quesnay (1963b, p. 89) aponta que *“they are goods but not wealth”*. Preço é a representação do valor de mercado desta riqueza permutável que *“regulates the ratio of exchange between this wealth and money, or monetary wealth, which is everywhere accepted in exchange for all kinds of wealth.”* (QUESNAY, 1963b, p. 91) Portanto, para Quesnay, valor de mercado é somente o preço de uma mercadoria que pode ser imediatamente observado na esfera do mercado. Este preço depende das necessidades dos indivíduos e do número de indivíduos dispostos a pagar por ele, e é denominado por Quesnay de **preço corrente**.⁸

A proposição acima de que a continuidade da atividade agrícola depende da receita monetária estar acima dos custos da produção pode agora ser expressa pela proposição do preço de mercado estar acima do preço fundamental. A relação entre preço corrente e preço fundamental estabelece a segunda condição para a agricultura ser a fonte da riqueza para Quesnay:

8. Note-se que isto não implica que preço depende do valor de uso do bem. QUESNAY (1963b, p. 90), ao diferenciar valor de uso de valor de troca, afirma que o último não é regulado pelo primeiro.

“If they [commodities] are sold for less than they have cost, their price sinks to a level at which a loss is made. If they are sold at a price which is high enough to yield a gain sufficient to encourage people to maintain or increase their production, they are at their proper price.” (QUESNAY, 1963b, p. 93)

A partir daqui Quesnay define o preço próprio (*bon prix*) como sendo aquele preço corrente, estabelecido no varejo, que se encontra acima do preço fundamental, gerando um montante de lucros suficiente para manter o empresário na atividade. Neste sentido, a análise de Quesnay compreende a categoria de lucros, embora sob a forma de lucros por alienação.⁹

Tem-se, agora, a condição adicional para a produção agrícola ser a base dinâmica da riqueza de uma nação: a garantia do preço próprio para produtos agrícolas gerados pelos empresários agrícolas que produzem em larga escala. Esta condição requer não somente que o preço de mercado esteja acima do preço fundamental, mas também que se evitem oscilações nestes preços, diminuindo assim a incerteza quanto à receita monetária dos empresários, o que retrairia a aplicação de sua riqueza na agricultura. Daqui segue a recomendação básica de Quesnay (1963b, p. 91) de abolir todo tipo de obstáculo institucional para a livre operação do comércio, em particular do comércio internacional, desde que *“the price which is general and common among the trading nations is always, (...), the least variable, the least irregular, and the most advantageous to each of these nations.”* (QUESNAY, 1963b, p. 91) Além disto, Quesnay (1756, p. 18-9; 1963a, p. 76) propõe evitar políticas de barateamento dos produtos agrícolas ou, pior ainda, políticas de distorção dos preços relativos entre estes produtos e os manufaturados, em detrimento dos primeiros.¹⁰

10. A interpretação de Vaggi(1987) ao incluir a renda como parte dos custos incorridos pelo empresário, questionou profundamente aquela estabelecida por MEEK (1963b), para quem a diferença entre os preços de mercado e fundamental determina o nível de renda do setor agrícola e, portanto, do produto líquido que, neste caso, exclui os lucros como categoria de redimentos.

11. QUESNAY(1963f, p.181n) também chama a atenção para o processo de fixar o nível de renda entre fazendeiros e proprietário, pois uma discrepância nesse nível poderia levar os primeiros à falência:

“ [...] it would be extremely desirable if proprietors of the land were sufficiently well-informed to be able, with pen in hand, to calculate with their farmers the expenses involved in the cultivation of their land, to come to a clear, equitable, and friendly decision on the annual returns which these useful and respectable entrepreneurs of cultivation ought receive, and consequently to estimate the net product which they can demand.”

É do ponto de vista desta relação entre preço corrente e preço fundamental que Quesnay estabelece que toda produção industrial não gera riqueza, porque seu valor monetário cobre apenas seu próprio custo de produção, formado, basicamente, pelo custo monetário dos materiais e pelos salários monetários dos trabalhadores. Devido à competição entre manufatureiros e comerciantes no mercado os preços de mercado destes produtos situam-se ao nível de seus custos e, portanto, sua produção não pode provocar qualquer aumento no excedente monetário. (QUESNAY, 1963c, p. 105) Assim, neste tipo de atividade produz-se riqueza, mas não riqueza real ou riqueza que contenha um excedente em valor monetário. Na verdade, é o excedente monetário derivado da produção agrícola que paga o valor da produção industrial. Nas palavras de Quesnay (1963c, p. 104):

“Industrial work produces goods necessary for the needs and conveniences of life. These goods represent wealth for those who make them only in so far as they are paid for by those who buy them; thus it is necessary that those who buy them should have wealth with which to pay for them. But this wealth can be derived only from the profit or revenue which is produced by landed property which constitute original, free, and ever-renascent wealth, with which men pay for all the things they buy.”

Ora, este argumento sobre a incapacidade do setor industrial gerar um excedente em valor monetário, que constitui a tese fisiocrática da esterilidade da indústria, faz imediatamente levantar a seguinte questão: por que este mesmo processo de competição não reduz também o preço corrente dos produtos agrícolas ao nível dos seus preços fundamentais? A resposta de Quesnay mostrou-se, talvez, o calcanhar de Aquiles da sua teoria da riqueza. Basicamente, Quesnay argumenta que, dada a necessidade premente dos indivíduos pelos produtos agrícolas, a demanda efetiva por estes produtos encontra-se sempre acima da sua oferta, e daí a existência de um preço corrente sempre acima do fundamental:¹¹

“It is the expense of the labour which determines the price of the artisans’ goods, and the competition of the latter sets limits to the expense of their labour. It is not the same, I repeat, with

11. Ver VAGGI (1987, p. 101-16).

the price of the products of the land, which is determined not only by the expenses of cultivation but also by many other causes which are capable of maintaining the market value of the products, notwithstanding economies in the costs of cultivation.” (QUESNAY, 1963h, p. 228)

Do argumento acima decorre o critério fundamental para estabelecer qualitativa e quantitativamente o conceito de riqueza. Quesnay define como riqueza real o conjunto de valores de uso com valor de troca, que contém um excedente de valor monetário. Assim, afirma Quesnay:

“In fact even the produce of landed property, which regulates and maintains the value of the property when it is sold, even that produce which is necessary for men’s needs, is not, merely, by virtue of its exchangeability, regarded as a profitable form of wealth if its market value does not exceed the value of the work and the other costs which its production demands.” (QUESNAY, 1963b, p. 89)

Portanto, a noção de riqueza de Quesnay é definida em termos de um excedente em valor monetário, e não em termos físicos, conforme disseminada pelas abordagens da ‘teoria do excedente’.¹² Na verdade, a postura de Quesnay não é casual. Ao afirmar que riqueza depende da manutenção do preço próprio para os produtos agrícolas, o *bon prix*, Quesnay rejeita o barateamento dos bens, o *bon marché*, como indicador de riqueza e, portanto, a idéia que identifica abundância com barateza dos bens.¹³ Daqui deriva a proposição que se constituiu numa das grandes máximas do pensamento fisiocrático:¹⁴

12. Veja-se, por exemplo, GAREGNANI (1980, p. 3-4)

13. Este era exatamente o ponto de vista de Adam Smith antes do seu contato com os fisiocratas. Nas suas aulas sobre *Police* em Glasgow, Smith definia opulência como ‘*plenty and cheapness*’. SMITH(1982:333,487) Sobre este aspecto ver SANTOS (1996). A oposição entre estas duas abordagens, a do *bon marché* e a do *bon prix*, reflete uma oposição mais fundamental acerca da política adequada ao progresso da riqueza, a saber, o barateamento dos bens consumidos pelos trabalhadores ou a manutenção do nível dos seus salários monetários, ver HONT & IGNATIEFF (1983).

14. É interessante observar a este respeito a avaliação contraditória de Schumpeter sobre a postura teórica de Quesnay. Por um lado, SCHUMPETER (1954, p. 238) assinala que, diferentemente de Marx, Quesnay preocupa-se apenas com a produtividade física por assumir gratuitamente que esta implica produtividade de valor. Por outro lado, SCHUMPETER (1954, p. 283-88) caracteriza a análise de Quesnay como uma análise monetária, ou seja, uma análise na qual a dimensão monetária é imprescindível para se compreender o processo econômico.

“Valuelessness plus abundance does not at all equal wealth. Dearness plus dearth equals poverty. Abundance plus dear-ness equals opulence”. (QUESNAY, 1963a, p. 84)

Desta forma, a relação entre preço corrente e preço fundamental estabelece a diferenciação entre atividades que geram ou não um excedente de valor, diferenciação esta que se encontra na raiz dos conceitos de gastos e trabalho produtivos. Do exposto acima, gastos (adiantamentos) e o trabalho que estes põem em movimento na produção qualificam-se como produtivos enquanto produzem, Quesnay diria regeneram, um excesso de valor monetário. Ora, como somente a agricultura gera este excedente, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo identifica-se com a distinção entre atividades agrícola e não-agrícola. O resultado deste esquema conceitual é que, para a economia como um todo, somente a renda da terra emerge como o único tipo de rendimento disponível, ou seja, como o único tipo de rendimento que não é contrapartida de nenhum item de custo de produção. Assim, a renda anual da nação (*annual revenue*) é imediatamente auferida pela totalidade da renda da terra, que passa a ser o indicador preciso da sua riqueza.

Nós temos agora um quadro completo que mostra como a atividade agrícola pode ser a base dinâmica para o progresso da riqueza. Por um lado, a presença de empresários agrícolas ricos garante as condições técnicas mínimas para operar a agricultura como uma atividade de larga escala, assegurando assim a abundância de produtos. Por outro lado, a ausência de obstáculos políticos ou institucionais garante um preço próprio para estes produtos, ou seja, um preço acima do seu custo de produção. Assim, uma oferta abundante de produtos agrícolas (produção em larga escala), com um excedente de valor monetário (preço próprio), define uma situação de opulência de uma nação. Em comparação com a proposição de Cantillon, que afirma que o valor total da produção agrícola é a base do processo de circulação, Quesnay estabelece esta base no excedente de valor desta produção ou no seu produto líquido. O *Tableau* descreve exatamente o mecanismo por meio do qual a renda ou produto líquido desencadeia todo o processo de circulação em uma nação. Este é o ponto a ser descrito na próxima seção.

3. A CIRCULAÇÃO DA RIQUEZA

A questão agora é examinar como esta renda torna-se a fonte de todo o movimento do processo de circulação. Em primeiro lugar, Quesnay emprega um arcabouço análogo ao de Cantillon para a análise da circulação da riqueza no qual indivíduos encontram-se diferenciados em classes econômicas e suas atividades em uma estrutura bipartite de produção. Porém, cumpre notar duas diferenças importantes. No que diz respeito às atividades, Quesnay as diferencia pela natureza mesma destas atividades (agricultura e indústria) e não pela distribuição espacial empregada por Cantillon (campo e cidade). Sobre a diferenciação dos indivíduos em classes econômicas, Quesnay mantém a distinção entre proprietários e não-proprietários, no entanto, dada a sua ênfase no papel da agricultura na geração de riqueza, a diferenciação no interior desta última classe entre empresários e trabalhadores cede lugar à diferenciação entre classe produtiva (empresários e trabalhadores agrícolas) e classe estéril (empresários e trabalhadores industriais). Notadas estas particularidades do arcabouço de análise de Quesnay, vejamos agora como esta se organiza logicamente no *Tableau*.

Para Quesnay (1963c, p. 104), a renda ou rendimento dos proprietários de terra era destinada apenas ao consumo. De fato, esta é uma condição adicional para o progresso da riqueza:

"It is necessary that the proprietors of landed property, who receive this revenue, should spend it annually so that this kind of wealth is circulated among the whole nation. [...]. The proprietors are useful to the state only through their consumption; their revenue exempts them from labour; they produce nothing; and if their revenue was not circulated among those in the remunerative occupations, the state would be depopulated through the greed of these unjust and treacherous proprietors."

Note-se que não é casual o ponto de partida de Quesnay. Conforme exposto acima, a renda da terra é a única forma de rendimento disponível. Diferentemente dos lucros (por alienação), a renda pode ser gasta livremente, pois não está vinculada a nenhum elemento da produção. Seguindo passo a passo o processo de gasto da renda observa-se, em primeiro lugar, que os proprietários gastam metade da sua renda com produtos agrícolas e a outra metade com produtos industriais: (QUESNAY, 1963e, p. 115)

“This revenue, as a result of the proprietor’s expenditure, is divided almost equally. One-half returns to agriculture in payment for purchases of bread, wine, meat, wood, etc.; [...] The other half of the revenue of the proprietor is employed by the latter in making goods in order to keep himself in clothing, furnishings, utensils, and all other things which are used up or destroyed without any renascent reproduction of the same things.”

Em segundo lugar, os empresários agrícolas e industriais gastam as somas recebidas da venda de seus produtos para os proprietários, na mesma proporção: metade comprando bens agrícola e a outra metade bens manufaturados: (QUESNAY, 1963e, p. 116)

“The workers belonging to the industrial class spend half of the total amount of their wages within their own class, in order to keep themselves in the manufactured commodities they need; and the other half is returned to agriculture, in order to buy their subsistence goods. You can see the same thing happening on the side of agriculture: the husbandmen employ half of the sum which they receive to buy subsistence goods, and transfer the other half to industry in order to keep themselves in the manufactured goods they require.”

Finalmente, à medida que estes empresários recebem estas novas somas de dinheiro, eles as gastam novamente na mesma proporção entre cada setor e, assim por diante, “*down to the last penny*”. (QUESNAY, 1963e, p. 116)

“Thus, in the case of each class there is the same division of expenditure of the sums distributed to it as take place in the case of the expenditure of the proprietor’s revenue, except that each of these classes mutually receives sums from the other and sends back in the same way, and that the whole is reproduced in the agricultural class.”

Fica claro, agora, porque Quesnay assume que a renda da terra deve ser totalmente gasta em consumo: seu gasto inicial coloca em movimento tanto a produção de riqueza real quanto a circulação entre ambos os setores de atividades. O gasto da renda torna possíveis as atividades de produção e a circulação de seus produtos na sociedade.

O processo de compras e vendas entre os dois setores distribui o produto anual original entre as três classes econômicas. Por um lado, as classes produtiva e estéril recuperam seus adiantamentos. Isto torna possível reiniciar o processo de produção nestes setores e, assim, reproduzir tanto o produto quanto o seu valor em cada setor. Por outro lado, dada a capacidade de o setor agrícola gerar um excedente de valor monetário, o produto líquido é reproduzido e, com isto, a renda da terra enquanto rendimento da classe proprietária. Logo, é repostado o ponto de partida do próprio processo de circulação. Portanto, o processo de trocas se constitui num processo de distribuição do produto anual, o que implica que trocas e distribuição se encontram conceitualmente interligadas na teoria da riqueza de Quesnay.

Observou-se acima, na segunda condição para a agricultura ser a fonte da riqueza, que a recuperação dos adiantamentos ocorria no ato de comercialização do produto. O que se nota agora, de uma perspectiva global do funcionamento do processo econômico, é que a recuperação dos adiantamentos ocorre por meio do processo generalizado de compras e vendas entre os dois setores. Assim, se a primeira condição definia o período de produção pelo movimento que vai dos adiantamentos e, portanto, do número de trabalhadores empregados, para o valor do produto anual, agora sob a segunda condição, define-se o período de trocas pelo movimento inverso: do valor do produto anual para os adiantamentos. Este segundo movimento estabelece logicamente o caráter de circularidade ao funcionamento do sistema econômico, pois uma parcela do produto anual é direcionada para o ponto de partida do primeiro movimento, o da produção. Assim, o processo econômico se apresenta como um sistema auto-regulado, que tem sua lógica, nas palavras de Schumpeter, no fluxo e refluxo dos adiantamentos¹⁵ que

15. EAGLEY (1974, p. 6,43) prontamente notou neste duplo movimento, definido ao redor do conceito de **capital**, uma das características essenciais da Economia Política. Veja-se, no entanto, SCHUMPETER (1954, p. 564-65), para quem, esta concepção nada mais é do que uma forma particular de se apreender o processo econômico e não uma concepção distinta do mesmo que, por sinal, aparecerá rigorosamente elaborada em SAY (1821).

Quesnay (1963a, p. 82) descreve como “*the general system of expenditure, work, gain and consumption*”. Resta observar que o *Tableau* concentra-se na explicação do segundo movimento,¹⁶ o das trocas, desde que é o comércio, enquanto prática social, que define o ‘econômico’ da vida cotidiana dos indivíduos numa sociedade:

“No man who lives in society provides for all his needs with his own labour; he obtains what he lacks through the sale of the produce of his labour. Thus everything becomes exchangeable, everything becomes wealth through the medium of the mutual trade between men.” (QUESNAY, 1963a, p. 83)¹⁷

CONCLUSÕES FINAIS

Este artigo procurou mostrar a presença da teoria de preços de Quesnay na sua análise da riqueza e o papel que esta teoria desempenha na elaboração do seu núcleo conceitual compreendido pelos conceitos de **adiantamentos, trabalho produtivo e produto líquido**. Em particular, procurou-se mostrar que trabalho produtivo e produto líquido estão definidos, antes de tudo, em termos de valor, e que esta concepção encontra-se ancorada na relação estabelecida entre preço próprio e preço fundamental. No que diz respeito aos seus predecessores, este arranjo conceitual permite a Quesnay tornar precisa a proposição de Cantillon por meio da demonstração de que o excedente de valor monetário da produção agrícola, por ser a única forma de renda disponível, se constitui no ponto de partida da circulação, e daí do nível de atividade dos setores agrícola e industrial. Porém, esta mesma concepção traz consigo a questão básica para o desenvolvimento posterior da ciência econômica, a saber, a superação daquilo que Meek (1963c, p.

16. Conforme MARX (1978, p. 179) apontou, e utilizou, Quesnay corretamente emprega o circuito do capital-mercadoria para analisar o processo de circulação. Este aspecto tem sido negligenciado nas interpretações tanto de Quesnay quanto do próprio Marx. Estas interpretações, marcadas por uma perspectiva keynesiana, limitam-se a observar o movimento do capital na sua forma mais palpável, a saber, a do circuito do capital-dinheiro.

17. Compare-se esta passagem com aquela apresentada posteriormente por Smith ao início do capítulo IV do livro I da *Riqueza das Nações* afirmando que, numa sociedade comercial, todos os indivíduos agem como mercadores. (SMITH, 1776, p. 37).

385) denominou o paradoxo fisiocrático: como uma análise que leva em conta os aspectos essenciais da produção capitalista, não pode conceber lucros como um rendimento disponível da mesma forma que a renda da terra e, portanto, como uma fonte própria para a acumulação de capital? Note-se que esta é a questão decisiva para a ciência econômica e não a mera discussão da esterilidade da atividade industrial. Do exposto acima, a raiz deste paradoxo encontra-se na proposição inicial do discurso fisiocrático da terra ser a fonte da riqueza. Desta proposição decorre a diferenciação primordial entre proprietários e não-proprietários. A diferenciação entre empresários e trabalhadores torna-se secundária por ocorrer no interior desta última classe. Assim, está teoricamente bloqueada a procura da origem do excedente dentro desta segunda diferenciação, ou seja, no interior mesmo da esfera de produção.¹⁸ A superação deste paradoxo se dará, então, pelo discurso que tenha no trabalho a fonte da riqueza e que possa afirmar a origem do valor econômico na ação do trabalho e não no valor deste trabalho. Esta tarefa foi efetuada por Smith na sua redefinição do conceito de trabalho produtivo, pois é aqui, e não na discussão dos determinantes do preço natural, que a questão do valor emerge como crucial para a elaboração do discurso econômico. Resta lembrar que existe outra alternativa a este paradoxo, a saber, a simples negação do conceito de excedente econômico. Esta, no entanto, terá de esperar um século para se legitimar, quando tanto o objeto quanto o método de análise da ciência econômica se deslocar do mundo da reprodução para o mundo da escassez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BREWER, A. *Richard Cantillon. Pioneer of economic theory*. Londres: Routledge, 1992.
- CANTILLON, R. (1755). *Essai sur la nature du commerce en général*. Ed. H. Higgs. Reprint of Economic Classics. New York: A. Kelley, 1964.
- DEANE, P. *The state and the economic system*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- EAGLY, R. V. *The structure of classical economic theory*. New York: Oxford University Press, 1974.
- ELTIS, W. *The classical theory of economic growth*. London: MacMillan, 1984.

18. Por este motivo, alguns autores como TRIBE (1978, p. 100) recusam localizar o discurso fisiocrático no campo da Economia Política.

- GAREGNANI, P. Sobre a teoria da distribuição e do valor em Marx e nos economistas clássicos. In: GAREGNANI, P. *et alii*, *Progresso técnico e teoria econômica*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- GORDON, S. *The history and philosophy of social science*. London: Routledge, 1991.
- HONT & IGNATIEFF Needs and justice in the wealth of nations: an introductory essay. In: HONT & IGNATIEFF (eds.), *Wealth and virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HOSELITZ, B. F. The early history of entrepreneurial theory. In: SPENGLER, J. J. & ALLEN, W. R. (eds.), *Essays in economic thought: Aristotle to Marschall*. Chicago: Rand Mc. Nally and Company, 1960.
- MARX, K. *Theories of surplus value*. Parte I, 4^a. ed. Moscou: Progress Publishers, 1978a.
- _____. *O Capital*, v. 2. Harmondsworth: Penguin Books, 1978b.
- MEEK, R. L. *Studies in the labor theory of value*. New York: Monthly Review Press, 1956.
- _____. *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- _____. Problems of the Tableau Economique. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*, p. 265-96. Cambridge: Harvard University Press, 1963a.
- _____. The physiocratic concept of profit. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*, p. 297-312. Cambridge: Harvard University Press, 1963b.
- _____. The interpretation of physiocracy. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963c, p. 364-98.
- QUESNAY, F. (1756). Farmers. In: GROENEWEGEN, P. D. (ed), *Quesnay: 1756 and Turgot: sur la grande et la petite culture 1766*. Sidney: University of Sidney, 1983, p. 1-25.
- _____. Corn. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963a, p. 72-87.
- _____. Men. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963b, p. 88-101.
- _____. Taxation. In: MEEK, R. L. (ed), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963c, p. 102-107.
- _____. Extracts from rural philosophy. In: MEEK, R. L. (ed), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963d, p. 69-71.
- _____. The 'analysis' In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*, Cambridge: Harvard University Press, 1963e, p. 150-167.
- _____. The first economic problem. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963f, p. 168-185.

- _____. Letter from Quesnay to Mirabeau. In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963g, p. 115-17.
- _____. The 'dialogue on the work of artisans' In: MEEK, R. L. (ed.), *The economics of physiocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1963h, p. 203-30.
- ROTHBARD, M. N. *Economic thought before Adam Smith*. Aldershot: Edward Elgar, 1995.
- SANTOS, R. C. *The impact of the physiocratic ideas on Smith's wealth of Nations*. Tese de Doutorado Não Publicada, New School for Social Research, New York, 1996.
- SAY, J. B. (1821). *A treatise on political economy or the production, distribution and consumption of wealth*. New York: A. M. Kelley, 1964.
- SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Oxford: Clarendon Press, 1954.
- SMITH, A. (1982). Lectures on jurisprudence. In: MEEK, R. L., RAPHAEL, D.D. & STEIN, P.G. *Indianapolis: liberty classics*. Reimpressão da publicação original: Oxford: Clarendon Press, 1978.
- _____. *An inquiry into the nature and causes of wealth of nations*. In: CAMPBELL, R.H. & SKINNER, A.S. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- TRIBE, K. *Land, labor and economic discourse*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- VAGGI, G. *The economics of François Quesnay*. Houndmills: MacMillan Press, 1987.

Este trabalho foi elaborado no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa Acadêmica, PAPA, do Departamento de Economia da FEA-USP com apoio financeiro da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE-USP. Aproveito também, para agradecer aos comentários de um parecerista anônimo e ao Prof. Robert L. Heilbroner, da New School for Social Research, pelas suas críticas e sugestões a uma versão preliminar deste artigo. Erros e equívocos são de minha inteira responsabilidade.

(Recebido em maio de 1996. Aceito para publicação em outubro de 1996).